

Nesta Edição

- Ministro Guido Mantega fala na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado;
- Presidente Marco Maia cria Comissão Especial para discutir a Regulamentação do trabalho terceirizado no Brasil;
- CCJC aprova projeto que dispõe sobre falta justificada de pais de crianças portadoras de deficiência física para acompanhamento de terapias e tratamentos médicos;

Ministro Guido Mantega em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, compareceu hoje à Comissão de Assuntos Econômicos para participar de audiência pública que prestou informações acerca da economia brasileira e do cenário para 2011.

Mantega afirmou que, no momento, a economia brasileira tem uma taxa de crescimento de 4,5%, e que esse é o resultado esperado para o ano de 2011. De acordo com o Ministro da Fazenda, no biênio 2009-2010 o Brasil não poupou estímulos para sair da crise, e que agora chega o momento de eliminá-los, a exemplo do corte feito no orçamento deste ano.

Segundo o Ministro, o desempenho fiscal da economia brasileira permite dizer o País é o de melhor situação dentro do G-20. Mantega chamou atenção para o surto inflacionário mundial, puxado principalmente pelos preços das commodities, alimentos, minerais e petróleo. Para o titular da Fazenda, o descuido dos produtores com a maior demanda (e consumo) e problemas meteorológicos (como a seca na Rússia e as chuvas na China), foram responsáveis pelas altas nos preços dos alimentos. Ele também informou que, devido à política de expansão monetária, boa parte dos recursos disponibilizados tiveram como destino o mercado futuro de commodities, o que contribui para a elevação dos preços.

Na opinião de Mantega, alimentos e combustíveis são os principais vilões da inflação. Para ele, estímulos à oferta agrícola e melhor regulamentação do mercado de etanol devem, em breve, contribuir para redução dos preços desses produtos. O Ministro da Fazenda também citou como exemplos de ferramentas de combate à inflação os cortes no orçamento, as restrições ao crédito, a elevação da taxa Selic e do IOF.

panel

• Câmara terá Comissão Especial para regular a Terceirização

Presidente Marco Maia assinou Ato que cria comissão especial para regulamentar os serviços terceirizados no Brasil.

O requerimento foi assinado pelos deputados Paulo Pereira da Silva – PDT/SP, Vicentinho – PT/SP, Assis Melo- PC do B/RS, Laércio Oliveira – PR/SE e Sandro Mabel- PR/GO.

Neste momento a Secretaria Geral da Mesa recebe as indicações dos líderes para composição da comissão que terá 25 membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas.

Depois de instalada, a comissão terá 45 dias para apresentar um parecer único sobre os projetos que tramitam na Câmara sobre o tema.

Marco Maia concordou com os autores do requerimento quanto ao fato de que, hoje, as regras da terceirização não são claras, e merecem uma legislação específica para garantir a segurança jurídica aos

Para garantir uma trajetória de crescimento sustentável, de acordo com Mantega, há necessidade de ajustes estruturais, notadamente na: tributação, com simplificação e redução da carga tributária, além de desonerações econômicas (na folha de pagamento e investimentos); redução de custos (infraestrutura e energia); e agenda da produtividade (qualificação de mão-de-obra).

CCJC aprova ausência do trabalhador para acompanhar familiares em tratamento médico

O Projeto de Lei nº 1038/2003, de autoria do Dep. Ricardo Izar (PPB/SP), acrescenta inciso VIII e parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre falta justificada de pais de crianças portadoras de deficiência física para acompanhamento de terapias e tratamentos médicos.

A Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania aprovou na tarde de hoje, por unanimidade, o parecer do relator Dep. Efraim Filho (DEM-PB), pela juridicidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa do projeto e seus apensados.

O Projeto foi rejeitado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, em razão do aumento de custo de trabalho frente à concorrência global. Nas Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF) e Trabalho, de Administração e Serviço Público a proposição foi aprovada com substitutivos, que autorizam a ausência do trabalhador, sem prejuízo de salário, para acompanhar terapias e tratamento médico de filho ou dependente deficiente, no turno da jornada diária e até 30 dias para acompanhar familiar doente, desde que comprovada necessidade por atestado médico. A licença de 30 dias poderá ser prorrogada por até 60 dias, sem remuneração.

O texto será encaminhado ao plenário.